



PROGRAMA DE PAÍS PARA MOÇAMBIQUE



Baixa de Maputo, Moçambique. Foto: Mariana Kara Jose/Aliança de Cidades

O Programa de País para Moçambique num Relance

O Programa de País é uma iniciativa realizada em parceria pelo Governo de Moçambique e seus parceiros apoiantes com vista a alinhar os esforços de desenvolvimento urbano dos níveis nacional, municipal e de comunidades. Visa:

- * Apoiar os esforços do Governo de Moçambique destinados a intensificar políticas inclusivas de desenvolvimento urbano
- * Criar capacidades nas cidades para gerirem estrategicamente a urbanização
- * Capacitar e reforçar as organizações comunitárias por forma a envolverem-se ativamente no desenvolvimento da cidade
- * Focalizar-se no fortalecimento do governo de nível municipal

O QUE É O PROGRAMA DE PAÍS PARA MOÇAMBIQUE?

O Programa de País para Moçambique é uma iniciativa realizada pelo Governo de Moçambique no sentido de alinhar os esforços de desenvolvimento urbano ao nível de governo nacional, governo municipal e de comunidades. Tem por objetivo incluir os pobres urbanos nos processos de planeamento e de tomada de decisões.

O programa apoia-se nas décadas de experiência dos membros da Aliança de Cidades e dos parceiros de desenvolvimento em Moçambique. O Secretariado da Aliança de Cidades mantém atividades em Moçambique desde 2002, tendo concedido USD 2,2 milhões em doações que cobriram áreas onde se incluem a vulnerabilidade urbana, melhoramento de bairros degradados, desenvolvimento de estratégias urbanas em cidades de todo o país.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE PAÍS?

O programa visa apoiar o Governo — nacional e local— e as comunidades urbanas pobres para que possam gerir eficazmente o crescimento urbano, melhorar o acesso aos serviços e formular políticas inclusivas de desenvolvimento urbano que beneficiem os pobres em larga escala. Para tal, será necessário:

- **Dar coerência ao esforço** mediante a adoção de um quadro institucional que permita aos intervenientes alinhar as suas atividades e financiamento no sentido de objetivos comuns;
- **Criar parcerias eficazes** entre o governo nacional, governos municipais, comunidades urbanas de pobres e outros intervenientes que possibilitem um fortalecimento do desenvolvimento e da gestão inclusiva da cidade.

QUEM SÃO OS PARCEIROS DO PROGRAMA DE PAÍS?

O Governo de Moçambique irá implementar o programa através do Ministério da Administração Estatal (MAE). Os parceiros locais incluem a Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM) e a Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane.

Estes parceiros recebem o apoio de organizações internacionais, incluindo a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Banco Mundial, ONU-Habitat, Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), USAID, Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF), Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e Shack/Slum Dwellers International (SDI) entre outros.

Financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates, o programa é facilitado e apoiado pela Aliança de Cidades, uma parceria global para a redução da pobreza urbana e a promoção do papel das cidades no desenvolvimento sustentável.

Um dos grandes desafios de desenvolvimento é a necessidade de reforçar o governo de nível municipal e assegurar que os pobres também beneficiam do crescimento económico do país.



Urbanização em Moçambique

- * Em 2005, Moçambique estava entre os países menos urbanizados da África Austral. Projeta-se que, em 2025, seja o quarto país mais urbanizado da região, depois do Botswana, África do Sul e Angola.
- * A população total de Moçambique está estimada em 24 milhões; deste valor, 36% vive nos seus 43 municípios.
- * Aproximadamente 20 dos 43 municípios têm uma população superior a 50 000; sete estão a crescer a uma taxa impressionante de mais de 10% ao ano.
- * Nas cidades secundárias, os aglomerados informais e não regulados representam cerca de 90% do território municipal. Só em Maputo, aproximadamente 75% da população urbana vive em “bairros” com serviços limitados ou inexistentes e casas de blocos de cimento muito básicas.
- * O crescimento económico de Moçambique é forte mas as cidades não têm uma capacidade de resposta eficaz. Um dos grandes desafios de desenvolvimento é a necessidade de reforçar o governo de nível municipal e assegurar que os pobres também beneficiem do crescimento económico do país.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO PROGRAMA?

O Programa de País tem por base duas atividades principais já em curso. A primeira é uma iniciativa da Estratégia de Desenvolvimento da Cidade e de Melhoramento de Favelas em Nampula, que está a ser implementada pelo Conselho Municipal de Nampula, com o apoio da ONU-Habitat e da ANAMM.

A segunda é uma iniciativa de melhoramento de favelas em Maputo, implementada pelo Município de Maputo como parte do Programa de Cooperação Triangular Ítalo-Brasileiro, que se baseia num acordo celebrado entre Itália e Brasil destinado a realizar atividades de cooperação com países terceiros.

Através do programa, Maputo irá se beneficiar da experiência do Brasil, especificamente de mais de dez anos em melhoramento de favelas de uma forma integrada e participativa, desenvolvida no estado da Bahia, Brasil, com o apoio do governo italiano, do Banco Mundial e da Aliança de Cidades. Está a ser feito um piloto da iniciativa no bairro de Chamanculo-C em Maputo, o que irá servir de base para uma aplicação mais ampla na cidade e prevê-se que contribua para o eventual desenvolvimento de um programa de nível nacional para as cidades de Moçambique.

Ao Nível Nacional

As atividades do Programa de País centram-se no apoio aos esforços do Governo de Moçambique no sentido de criar enquadramentos de política nacional para responder às necessidades de desenvolvimento urbano do país.

As áreas de enfoque são:

- **Habilitar o governo nacional a defender as questões urbanas de forma mais eficaz**, engajando-se ativamente em uma agenda nacional para o desenvolvimento dos municípios. Tal inclui o reforço das capacidades institucionais no Ministério da Administração Estatal e o apoio à participação e articulação com os parceiros locais e internacionais para o desenvolvimento.
- **Reforçar a ANAMM no seu papel de defensor eficaz dos interesses dos municípios**, para que possa identificar as áreas de preocupação específicas ao nível municipal, articulando-as a prescrições políticas claras e experiência internacional relevante. Tal permite também que os municípios influenciem o diálogo sobre política nacional e o acesso à aprendizagem global.
- **Criação de um polo de conhecimento** que identifica, apura e distribui investigação importante sobre questões urbanas, para que os decisores tenham melhor acesso a informações atualizadas.

Ao Nível Municipal

Para além da estratégia de desenvolvimento de cidade em Nampula e da iniciativa de melhoramento de favelas em Maputo, as atividades propostas a nível do município apoiam a criação de capacidade local e prestam serviços melhorados aos pobres urbanos.

As áreas de enfoque são:

- **Desenvolvimento de uma estratégia nacional de formação** para técnicos e administradores municipais qualificados, por forma a que os municípios tenham a capacidade de gerir a implementação diária dos planos locais e as competências para supervisionar a natureza integrada do crescimento urbano.
- **Apoio ao envolvimento municipal com o setor privado** com vista a identificar áreas de interesse e colaboração comum.
- **Melhoria dos sistemas de gestão financeira** para que os municípios possam melhorar a sua responsabilidade financeira e aumentar as receitas locais. Os esforços centrar-se-ão também na identificação de novas fontes de receitas e de estratégias para cobrança.
- **Desenvolvimento de materiais de formação sobre planeamento municipal inclusivo** para aumentar a capacidade dos municípios destinada a planear e formalizar favelas. Será feito em consulta com todos os intervenientes, mediante a documentação das metodologias e abordagens de requalificação de favelas utilizadas no Programa de País.

*Comerciantes informais no bairro Chamanculo-C de Maputo.
Foto: Andrea Merrick/Aliança de Cidades*



Ao Nível de Comunidade

As atividades a nível de comunidade incidem no fortalecimento da sociedade civil e organizações comunitárias de Moçambique para que possam envolver-se ativamente no debate urbano de nível nacional. Esta componente visa igualmente mobilizar as comunidades e dar-lhes a capacidade de trabalharem em conjunto e com as autoridades locais.

As áreas de enfoque são:

- **Aumentar a consciência pública para as finanças municipais.** Esta parte do programa vai estabelecer um diálogo sobre direitos e responsabilidades destinado a aumentar a sensibilização pública quanto ao modo como funcionam as finanças municipais e por que razão o pagamento de serviços é importante.
- **Partilhar a experiência internacional em mobilização das comunidades.** As organizações moçambicanas da sociedade civil trabalharão em estreita cooperação com o SDI para promover visitas aos locais. Irão também aprender, com as ONG e federações de moradores de favelas nos países vizinhos, de que modo poderão aumentar a sua voz e participar na governação urbana.
- **Desenvolver um estudo dos direitos sobre terras urbanas** com opções de políticas práticas para que as comunidades e municípios estejam melhor preparados para participar no diálogo de políticas sobre segurança da propriedade para os pobres urbanos.



Pessoas a venderem cereais ao longo da estrada em Tete, Moçambique.
Foto: Mariana Kara Jose/Aliança de Cidades

